

Entre os dias 11 e 14 de novembro de 2015, a cidade de São Paulo foi marcada pela “XX Cúpula de Mercociudades”. Durante o dia 13 de novembro, foi realizada a **Reunião do Conselho de Mercociudades - Nova Governança, Reforma do Estatuto e Atualização Programática**, com a presença das seguintes delegações: Buenos Aires, Córdoba, Morón, Rosário, Santa Fé, Tandil, Lo Prado, Valparaíso, Canelones, Montevidéu, Parcona, Belo Horizonte, Canoas, Contagem, Guarulhos, Osasco, Porto Alegre, São Paulo, entre outras. A reunião foi dividida em temas, que se encontram a seguir:

▪ **Informe de Mercociudades (período 2014 - 2015):**

O Sr. Sérgio Barrios, Diretor de Relações Internacionais de Rosario (ARG), apresentou o Informe produzido pela Secretaria Executiva e Secretaria Técnica Permanente de Mercociudades (STPM) e afirmou que o documento contém todo o trabalho realizado durante o ano pelas cidades que fazem parte da rede Mercociudades. Retomou que, desde a Cúpula de Rosario, uma das ideias mencionadas pela organização foi de se evitar a difusão temática, enfocando-se nos seguintes temas de políticas públicas locais: integração produtiva, inclusão social, cidadania regional, cooperação internacional e sustentabilidade, divididos em unidades temáticas, que permitem um posicionamento da rede. Esses temas produziram um conjunto de recomendações documentadas no Informe.

Foi enfatizada a importância da presença de numerosos prefeitos de Mercociudades na convocatória realizada em julho de 2015 sobre mudança climática e o combate de novas formas de escravidão, pois reconhece o protagonismo cada vez maior dos governos locais no cenário internacional. Outro aspecto importante foi a presença da rede Mercociudades na construção das metas de desenvolvimento sustentável 2015-2030, em Nova Iorque.

O Sr. Barrios destacou também outras realizações importantes, como a criação do Grupo Aberto de Trabalho Permanente (GAPT), com o propósito

de se ter mais presença da América Latina em nível internacional. Por fim, defendeu a importância da presença de Mercociudades na 21ª Conferência do Clima (COP 21), em dezembro de 2015.

Finalmente, foi mencionada a criação pela equipe de comunicação do novo logo e imagem de Mercociudades, com o objetivo de envolver cada vez mais os governos locais com seus cidadãos.

▪ **Finanças e Situações de Pagamento:**

O Sr. Jorge Rodriguez, Coordenador da STPM, informou que faz aproximadamente três anos que a organização começou a trabalhar com um orçamento, com a distribuição de porcentagens para as áreas prioritárias da rede, aprovadas no ano passado. A ideia é que essas porcentagens, explicitadas a seguir, se mantenham para o próximo ano.

<b>Concepto</b>	<b>Ingresos</b>	<b>Egresos*</b>
Ingreso porcentaje	100	
Administración Asociación Civil Internacional Mercociudades		15
Política y proyectos de Comunicación		25
Capacitación y Fortalecimiento de Mercociudades		15
Apoyo SE y STPM -		20
Actividades priorizadas por Mercociudades		25
Total en %	100	100

\* Egresos estimados en base a datos históricos

Segundo a STPM, a rede está com o pagamento das cotas muito abaixo da média (apenas 28 cidades pagaram a cota). Nesse momento da reunião, alguns participantes mencionaram a dificuldade que encontram de fazer o pagamento, afirmando que os municípios têm dinheiro, mas encontram problemas burocráticos para enviá-lo. Assim, decidiu-se fazer um acordo para que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) repasse o pagamento à rede – esse acordo será formalizado e terá uma equipe responsável pelo assunto.

▪ **Quadro oferecido pela relatoria regional da CEPAL sobre o Hábitat III, ratificação do convênio entre a União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI) e Mercociudades:**

Foi informado que a rede Mercociudades está trabalhando para lançar uma proposta no Hábitat III, a fim de se ter uma posição concreta em relação aos temas da nova agenda urbana, que ocorrerá na cúpula no próximo ano, em Quito. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) propôs à Mercociudades integrar um texto de 500 palavras sobre o posicionamento dos governos locais num informe regional, que será levado ao Hábitat III. Ficou decidido que a Comissão Diretiva será a instância que providenciará essas 500 palavras para a CEPAL.

Enfatizou-se também a construção uma nova representação para a América Latina em nível mundial, que terá o nome de GAPPT, em que Mercociudades participa junto com outras associações, cidades, redes, as quais compartilhem os mesmos valores.

▪ **Estado de situação da designação do comitê político e posicionamento temático do GAPPT:**

O Sr. Rodrigo Corradi, Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Porto Alegre, relatou os acontecimentos da última reunião do Conselho de Mercociudades, em Montevideu. Nessa reunião, o GAPPT tinha uma agenda de trabalho que tinha como objetivo aproximar as negociações do grupo de trabalho com a FLACMA, verificando as possibilidades de se entrar em um consenso. Para isso, houve uma nova reunião em Montevideu e outra reunião em Chihuahua, no México, com os representantes da FLACMA e Mercociudades.

Em São Paulo, foi determinada a construção de um documento pelo GAPPT e pela FLACMA, que será levado a Paris para tratar de dois grandes temas:

- A unidade da América Latina e os conceitos políticos vinculados a isso.
- Os consensos que existem em toda a região da América Latina sobre os temas que serão tratados na COP 21.

A ideia é que haja um encontro político entre todos os representantes eleitos da região que estejam presentes em Paris, para que possam construir, de maneira conjunta, um consenso em relação a alguns pontos mínimos. O objetivo é que se tenha, em junho de 2016, um mínimo de institucionalidade de todas as organizações da América Latina, para que se comece a operar no Hábitat III e no Congresso Mundial da CGLU.

▪ **Instituto de Turismo de Mercociudades:**

O Sr. Luiz Fernando Moraes, Secretário de Turismo de Porto Alegre, informou como surgiu o Instituto de Turismo de Mercociudades, que nasceu há aproximadamente três anos. Segundo o Sr. Luiz, dentro da UT de turismo foi criado um projeto chamado “Turismo Sem Fronteiras”, cujo objetivo é desenvolver produtos turísticos integrados entre as diversas cidades da rede. Assim, o Instituto foi criado como uma espécie de departamento dentro de Mercociudades, para operar e encabeçar a criação desses produtos integrados para o turismo. Ficou decidido que a Secretaria Técnica Permanente do Instituto terá sede em Porto Alegre.

O estatuto final sobre esse tema está na parte final do Informe e a ideia era que fosse apresentado na Assembleia, com a aprovação do Conselho. Nesse momento da reunião, algumas cidades, como Lo Prado, Porto Alegre, Santa Fé, Belo Horizonte, Córdoba, entre outras, intervieram e solicitaram que a votação ocorresse naquele exato momento. Porém, outras cidades mencionaram que desejavam ter antes um conhecimento aprofundado do assunto antes de aprová-lo. Dessa maneira, foi proposta uma aprovação mais geral e os detalhes surgidos serão abordados na primeira reunião do Conselho que ocorrerá no mês de março.

▪ **Reforma do Estatuto, Declaração da Cúpula e Ordem do Dia da Assembleia:**

A reforma do estatuto e o organograma se encontram em anexo (anexos I e II).

Segundo o Sr. Vicente Trevas, Secretário Municipal de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo, a reforma do estatuto é decisivo para a rede, pois desde a Cúpula de Rosario, já estava explícito a necessidade de uma reforma da forma de governança da rede e também a necessidade de uma atualização programática, com a reconstituição dos propósitos, das ênfases e das prioridades da organização. Dessa maneira, o Sr. Vicente solicitou aos presentes que olhem a reforma do estatuto como forma de repensar a nova governança, incorporando tudo o que foi construído nesses vinte anos, e ter a capacidade de refazer a rede, no sentido de dar mais potência em relação à atuação da entidade.

Também enfatizou a necessidade de se entender que um dos desafios da dinâmica municipalista é criar instituições consistentes para emergir no cenário internacional, pois se a rede se relacionar com uma frágil institucionalidade, não consolidará suas relações como rede com outras instituições de muita história e institucionalidade, como o sistema das Nações Unidas, o MERCOSUL, a UNASUL, entre outras.

De acordo com o Sr. Reinaldo de Freitas, a proposta de reforma do estatuto aconteceu na última reunião do Conselho, em que São Paulo foi autorizado a iniciar o processo de reforma e passou, assim, a consultar as cidades, começando pelas cidades da região metropolitana de São Paulo, depois pelas cidades brasileiras como um todo, com o envio desses documentos para todos, inclusive para a STPM, para as cidades integrantes do conselho, solicitando que fossem feitas algumas observações. São Paulo recolheu todas as observações, até chegar à versão final, apresentada ao Conselho.

Segundo o Sr. Freitas, a ideia de São Paulo com a proposta de reforma, é que essa nova governança da rede possa, ao mesmo tempo, reforçar a participação dos políticos e atrair a participação das cidades para novos modos de cooperação entre elas. Com isso, a proposta era que os prefeitos pudessem se manifestar no centro de uma direção executiva, para que possam escolher os temas prioritários para as suas cidades, o que traria força para as UTs, ou seja, a direção executiva daria os rumos para a rede, para organizar as reuniões. A ideia não seria colocar um caráter hierárquico, mas transformar a diretoria em algo mais democrático do que é, pois os prefeitos têm cada vez menos interesse em participar das reuniões.

Nesse momento da reunião, a Sra. Maria Marcela Petrantonio, Coordenadora do Escritório de Vinculação Internacional de Tandil (ARG), argumentou que não houve tempo de analisar os documentos, afirmando que essa reforma poderia hierarquizar mais a rede e dar, por exemplo, menos autonomia para as UT's, se opondo à aprovação na reunião do Conselho da reforma do estatuto e da nova governança da rede.

O Prefeito de Canoas, Sr. Jairo Jorge, interveio e mencionou que, em agosto de 2015, foi realizada uma reunião do Conselho e foi delegado a São Paulo fazer a proposta de mudança no estatuto, em um prazo de 45 dias, que foi ampliado. A proposta foi enviada por e-mail para todas as cidades que participam da rede Mercociudades. Defendeu que, desde 2009, participou de todas as reuniões e percebeu que em cada encontro diminuiu o número de prefeitos. Nesse sentido, frisou a necessidade de se entender que a governança de Mercociudades está esgotada e a solução é encontrar uma nova governança, trazendo e discutindo novas propostas de governança da rede.

Também enfatizou que as UT's são relevantes para o debate interno, porém o que São Paulo propõe é o debate para fora, é aumentar a força de rede nas organizações internacionais. Mencionou a necessidade da rede se

posicionar e defendeu que São Paulo está propondo uma representação política, com variados Prefeitos participando de Mercociudades, não apenas São Paulo. Defendeu que São Paulo está fazendo é um gesto político extremamente importante, pois poderia centralizar todas as funções, mas, ao invés disso está dizendo: “vamos trazer para as Vice-presidências os outros prefeitos.” Por fim, citou a necessidade de tomar decisões e não ficar discutindo os mesmos problemas de ano em ano, pois os mandatos passam e os prefeitos são alterados. Também defendeu a ideia da necessidade da rede ser mais resolutiva.

De acordo com Prefeito de Canoas, Sr. Jairo Jorge, a metodologia e a governança atual da rede estão esgotadas. Acredita que se as cidades não estão de acordo com a proposta apresentada, deve-se buscar outra proposta juntos, buscar a solução e não o problema. É esse o pedido que o Prefeito Jairo Jorge tem feito nos últimos sete anos e não é a primeira vez que menciona essa mesma ideia (vem refletindo isso nas últimas três Cúpulas), pois acredita que é isso que os idealizadores de Mercociudades pensaram quando a rede se iniciou há 20 anos.

Já o Sr. Gonzalo Navarrete, Prefeito de Lo Prado, concorda com a ideia do Prefeito de Canoas, pela possibilidade de se administrar a rede Mercociudades mais inclusivamente. Afirma que apoia a ideia das três comissões permanentes e duas transitórias, dependendo dos interesses em comum. Defende que a coordenação do social, econômico e institucional sejam temas permanentes e sugere como transitórios o tema de mudança climática e desenvolvimento urbano, pois são temas que serão discutidos em 2016, com a COP 21 e ONU Hábitat. Enfatiza que dentro dessas coordenações haverá o trabalho das unidades temáticas, mas, para que seja efetivo, é preciso ter liderança política. Acredita que se tudo isso tem um certo nível de aprovação, há que se colocar desde aquele momento em funcionamento.

Após a fala do Prefeito, o Sr. Carlos Siegle de Souza, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Governança Local de Porto Alegre defende que, como há a proposta, construída com a nomenclatura de coordenações - três fixas e duas móveis - sugere que a encaminhem para aprovação.

O Prefeito de Santa Fé, o Sr. José Corral, primeiramente informou que não participaram ativamente na equipe que trabalhou na modificação da reforma do estatuto, mas que confiam no bom critério dos aspectos técnicos indicados nas modificações que apareceram durante a plenária. Defendeu que a discussão mais interessante, ainda mais que os organogramas e os temas, é o fato de que haja mais responsabilidades. Este é um desafio, pois se coloca a cada uma das novas Vice-presidências os encargos que são claramente políticos e não apenas responsabilidades das coordenações técnicas das UT's.

Por fim, o Prefeito de Santa Fé argumenta que Mercociudades se sustentará se houver objetivos políticos claros e vontade das próprias cidades de construção da rede, com a colaboração com outras redes, as quais também têm seus problemas de governança e de definição de quais são seus objetivos. Cita que confiam no trabalho que foi feito, mas acredita que o desafio não vai ser resolvido pelo organograma, mas sim pela vontade política das cidades e o engajamento dos municípios que entregam ou não à rede.

Após essas intervenções, a nova estrutura de governança da rede e a reforma do estatuto são aprovadas.

Em relação à ordem do dia da Assembleia, serão ratificados dois convênios, que a rede já assinou: com a UCCI, em que a Secretaria Executiva de Mercociudades e a Secretaria Geral da UCCI vão ratificar o convênio e também com a UNISDR, sobre a redução de riscos e desastres, fazendo uma campanha de promoção de cidades resilientes.

- **Declaração da Cúpula de São Paulo:**

A declaração de São Paulo se encontra em anexo (anexo III).

Durante a contribuição dos participantes em relação à declaração, o Secretário Executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Gilberto Perre, pediu a palavra a fim de, em nome do presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte, Sr. Márcio Lacerda, solicitar a incorporação do tema ou uma ação em separado do drama vivido por vários municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo pelo rompimento de duas barragens de uma mineradora no município de Mariana. Esse desastre atingiu um número muito grande de municípios, porque a lama está descendo o Rio Doce e chegando ao mar, com previsão de contaminar várias cidades brasileiras. Por isso, o Sr. Perre solicitou que se busque uma maneira pela qual as cidades possam enfrentar esses desafios de exploração econômica nos territórios que trazem elevado impacto ambiental (com a exploração econômica da mineração, de usinas hidrelétricas, da agricultura), em que parte dos recursos da lucrativa indústria possa ser aplicada nos municípios em políticas de mitigação e de preparação para eventuais desastres.

- **Coordenação e Sub-coordenação das Unidades Temáticas (UTs):**

O documento se encontra em anexo (anexo IV).

- **Candidatura para exercer a Secretaria Executiva:**

Santa Fé candidatou-se para exercer a Secretaria Executiva (Buenos Aires e Lo Prado retiraram suas candidaturas).

▪ **Programa de cooperación sul-sul:**

Por meio do processo de trabalho de Mercociudades nos 20 anos no trabalho de cooperação internacional, gerou-se uma aliança estratégica marcada por mudanças no cenário de cooperação em que, nos últimos anos, aumentou-se a ideia de que a rede tem uma rica experiência. Em março, foi dada a missão de se criar um documento propositivo e, através de diálogos, chegar a um documento final, em março de 2016, para saber se a rede tem condições de lançar o programa sul-sul.

O documento será difundido entre todas as cidades. O que foi feito foi uma primeira análise de tudo o que Mercociudades avançou e como tem seguido em relação a agenda de cooperação sul-sul, incorporando na agenda atual os objetivos de desenvolvimento sustentável, a nova agenda urbana e colocá-la em forma programática com o formato de cooperação sul-sul. Na construção do documento foram estabelecidos três objetivos:

- Geração de uma unidade de gestão, que fique responsável pelo programa, que o impulse e gere resultados, estabelecendo metodologias de trabalho responsáveis. A ideia é seguir um espírito coletivo de unidade de gestão.
- Necessidade de estabelecer um sistema, programa organizado e sistematizado de regras e critérios, que permitam trabalhar numa cooperação internacional.
- Posicionar Mercociudades como um ator da cooperação internacional, fortalecendo a cooperação com organismos como o BID, CAF e Mercosul, na busca de financiamento desse programa.

▪ **Postulação para integrar ao Conselho.**

Discutiu-se e definiu-se que a nova composição do Conselho será:



Argentina	Buenos Aires, Córdoba, Esteban Echeverría, Tandil, Zárate y Avellaneda.
Brasil	Belo Horizonte, Brasília, Canoas, Contagem, Jabotão dos Guararapes, Osasco, Porto Alegre y Santo André.
Paraguay	Asunción <u>(a ratificar)</u> .
Uruguay	Canelones, Colonia, Lavalleja, Maldonado, Montevideo, Paysandú, San José y Tacuarembó.
Bolivia	La Paz <u>(a ratificar)</u> .
Colombia	Medellín <u>(a ratificar)</u> .
Chile	Coquimbo, Lo Prado, Peñalolén y Valparaíso.
Perú	Jesús María <u>(a ratificar)</u> y Parcona
Venezuela	Barquisimeto, Gaspar Marcano, Punto Fijo y Valencia <u>(todas a ratificar)</u> .



MERCOCIUDADES

# ESTATUTO DE MERCOCIUDADES

## **PREAMBULO**

Los Gobiernos Locales reunidos en Asamblea General de MERCOCIUDADES en la ciudad de São Paulo – Brasil, en el 14 de noviembre de 2015, por sus jefes democráticamente electos (as) o por sus representantes legales designados (as) para este fin,

**CONSIDERANDO** las razones que justificaran la iniciativa de la aprobación del Estatuto hasta entonces vigente, aprobado en la II Reunión de Alcaldes del MERCOSUR, celebrada en la ciudad de Porto Alegre – Brasil, en los días 05 y 06 de septiembre 1996, los cuales se destacaron:

- a) los fines consagrados en el Acta de Fundación de MERCOCIUDADES en la reunión realizada en la ciudad de Asunción – Paraguay, el 10 y 11 de noviembre de 1995;
- b) que las ciudades constituyen espacios de interacción humana de importancia creciente y sus organizaciones administrativas representan entidades activas de participación política que no pueden estar ajenas a la globalización de las relaciones internacionales;
- c) que la participación municipal ocupa un papel esencial en los procesos de integración regional;

**CONSIDERANDO** el nuevo contexto de las relaciones internacionales y de la integración regional, donde se destacan el MERCOSUR y la UNASUR;

Resuelven aprobar el siguiente:

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Capítulo I**

#### **De la Denominación**

**Art.1°** – Bajo la denominación de MERCOCIUDADES se reconoce a una entidad sin fines de lucro que se registrará por el presente Estatuto Social y demás Resoluciones emanadas de sus órganos.

#### **De los Fines**

**Art.2°** – MERCOCIUDADES se constituye por un conjunto de gobiernos locales de América del Sur para cumplir con los siguientes fines y objetivos:

1. Favorecer la integración regional y la participación de las ciudades en la estructura orgánica e institucional del MERCOSUR y de la UNASUR;
2. Perseguir la codecisión en sus áreas de competencia para el MERCOSUR y la UNASUR;
3. Incidir en las agendas internacionales y en los organismos multilaterales;
4. Impulsar la creación de alianzas entre las ciudades a través de sus instancias, promoviendo el diálogo, desarrollando acciones, programas y proyectos de interés común intermunicipal en la construcción de una agenda estratégica del proceso de integración;
5. Promover el diálogo y la cooperación entre las redes de ciudades suramericanas;
6. Adoptar compromisos referentes a la Agenda 2030 de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible;
7. Adoptar una agenda autónoma concreta basada en indicadores y metas propias para las ciudades de los países del MERCOSUR y de la UNASUR;



## MERCOCIUDADES

8. Crear mecanismos de cooperación entre las ciudades suramericanas a fin de facilitar el intercambio de experiencias e informaciones y facilitar el acceso de los ciudadanos y ciudadanas a los centros municipales de investigación, desarrollo tecnológico y cultural;
9. Establecer e impulsar convenios y servicios recíprocos entre los diversos miembros y redes que se fueran creando, aprobados por el voto de mayoría simple de las ciudades miembro del Consejo de la Red;
10. Potenciar los recursos humanos y las experiencias administrativas para gestiones locales;
11. Coordinar la planificación y la promoción de acciones vinculadas al desarrollo urbano de las ciudades;
12. Coordinar proyectos y desarrollar programas integrados, con el objetivo de facilitar la realización de servicios y calificar la infraestructura urbana;
13. Propugnar la cooperación entre gobiernos locales en el campo de las ciencias y la tecnología;
14. Desarrollar y potenciar actividades comunes e integradas vinculadas a la cultura, recreación, deporte y turismo;
15. Desarrollar y planificar el turismo regional;
16. Realizar estudios y colaborar en la elaboración de planes y estrategias en el área urbana y ambiental, con el objetivo de armonizar y coordinar las acciones en esta área;
17. Colaborar en la planificación de las políticas y planes de desarrollo de las ciudades, tomando en cuenta la necesidad de mejorar la calidad de vida de los ciudadanos y ciudadanas;
18. Impulsar la adopción de políticas adecuadas para prevenir la violencia en las ciudades, luchando por una seguridad democrática, incentivando el respeto a la diversidad y la lucha contra todo tipo de discriminación, xenofobia y racismo;
19. Impulsar la formulación, adopción y evaluación de políticas públicas comunes en las ciudades-miembro de la Red;
20. Impulsar la creación de Unidades Temáticas entre gobiernos locales, con representación integrada, para la planificación y el desarrollo de proyectos comunes y regionales;
21. Propugnar y concientizar sobre la participación ciudadana y la inclusión social, que conduce al ejercicio activo de los derechos en el ámbito político, económico, social y cultural, así como luchar por la concreción de la ciudadanía regional;
22. Identificar las causas de acentuación de las desigualdades sociales, a fin de proponer y apoyar soluciones posibles de ejecutarse por los gobiernos locales;
23. Difundir una cultura democrática y democratizadora en los niveles local, regional y nacional, estableciendo una relación más estrecha de cooperación para, a través de los gobiernos locales, definir políticas sociales adecuadas;
24. Estudiar e impulsar, a través de los diversos gobiernos locales, la implantación de políticas coordinadas destinadas a que el sector de escasos recursos acceda a todos los servicios públicos y no sean marginados del desarrollo social y ciudadano;
25. Promover y fortalecer la integración de MERCOCIUDADES con otras instituciones internacionales;
26. Promover y apoyar el acceso a financiamientos internacionales de gobiernos locales a nivel regional y global.

*Párrafo único:* La entidad podrá igualmente realizar toda otra acción o gestión destinada a los fines y objetivos propuestos, siendo los precedentes enunciados no limitativos del objetivo general de MERCOCIUDADES.

### **De la Sede**

**Art. 3°** – La Sede de MERCOCIUDADES será la ciudad que esté ejerciendo la Presidencia de la entidad.



## MERCOCIUDADES

### De la Duración

**Art. 4°** – El período de duración de la entidad es por tiempo indeterminado.

### De las Ciudades-miembro

**Art. 5°** – Pueden asociarse a MERCOCIUDADES todas las ciudades de los países pertenecientes al MERCOSUR y a la UNASUR cuyos gobiernos hayan sido electos democráticamente.

*Párrafo único – Cláusula democrática:* Los (las) Jefes de Gobiernos Locales o sus representantes, se comprometen a establecer que la plena vigencia de las instituciones democráticas es un presupuesto indispensable para la participación en el desarrollo de MERCOCIUDADES, previéndose que, para el caso de ruptura del orden institucional se realicen consultas entre los Gobiernos de las ciudades-miembro y la afectada, tendientes a lograr soluciones que restablezcan la situación acorde a derecho. En caso que las consultas sean infructuosas, las partes considerarán la aplicación de las medidas pertinentes.

### De los Colaboradores

**Art. 6°** – Pueden participar en MERCOCIUDADES, como colaboradores, las demás instancias de los gobiernos sub-nacionales de los países pertenecientes al MERCOSUR y a la UNASUR que manifiesten su voluntad de hacerlo y cuyos gobiernos hayan sido electos democráticamente. La cooperación con Consorcios y Asociaciones de Municipios será realizada por medio de convenios.

**Art. 7°** – El conjunto de las ciudades-miembro y colaboradores constituirá red articulada de relacionamiento añadiendo potencia sinérgica en sus acciones.

## Capítulo II

### De las Instancias de la Red

**Art. 8°** – Son instancias de MERCOCIUDADES:

- I. Cumbre de Jefes de Gobierno;
- II. Consejo;
- III. Dirección Ejecutiva:
  - i. Presidencia;
  - ii. Vicepresidencias Temáticas;
  - iii. Comisión Directiva;
  - iv. Secretaría Ejecutiva.
- IV. Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas:
  - i. Unidades Temáticas.
- V. Secretaría Técnica Permanente.

#### **Sección I – De la Cumbre de Jefes de Gobierno**

**Art. 9°** – La Cumbre de Jefes de Gobierno es el órgano máximo de deliberación y alta dirección de la Red.

**Art. 10°** – La Cumbre de Jefes de Gobierno estará constituida por los (las) Jefes de Gobierno de las ciudades-miembro, electos (as) democráticamente.



## MERCOCIUDADES

*Párrafo único:* Los (las) Jefes de Gobierno municipales podrán hacerse representar, por razones de fuerza mayor, por el (la) Vicejefe de Gobierno o por un (a) representante de primer nivel, debidamente designado (a).

**Art. 11°** – El (la) Jefe de Gobierno de la ciudad que estuviera ocupando la Presidencia de la Red presidirá las reuniones de la Cumbre de Jefes de Gobierno, debiendo ser auxiliado (a) por un (a) Vicepresidente (a) Temático (a) o por un (a) miembro de la Comisión Directiva de su libre elección.

*Párrafo único:* Si fuera necesario, el (la) Presidente (a) de la Red, además de su voto ordinario, tendrá voto de calidad.

**Art. 12°** – Son funciones privativas de la Cumbre de Jefes de Gobierno:

- I. Aprobar el presente Estatuto y aquellas eventuales propuestas de modificación;
- II. Elegir los integrantes del Consejo, la sede de la Presidencia, de las Vicepresidencias Temáticas y de las ciudades coordinadoras e integrantes de cada una de las Unidades Temáticas de la Red definidas para el periodo;
- III. Aprobar la política general y las estrategias de actuación de la Red definidos por la Dirección Ejecutiva, en concordancia con los fines consagrados en el presente Estatuto;
- IV. Aprobar el Reglamento Interno de la Red y las eventuales propuestas de alteraciones;
- V. Apreciar los recursos de decisiones de otros órganos de la Red;
- VI. Decidir acerca de la disolución de la Red, siguiendo los procedimientos establecidos en el presente Estatuto Social;
- VII. Apreciar la rendición de cuentas del Consejo, de la Dirección Ejecutiva y de las Unidades Temáticas;
- VIII. Actuar como segunda instancia de decisión y arbitraje de la Red;
- IX. Actuar como instancia de homologación de la Red;
- X. Resolver en los casos de omisión del presente Estatuto.

**Art. 13°** – La Cumbre de Jefes de Gobierno se reunirá ordinariamente por convocatoria de su Presidente (a) una vez al año, o extraordinariamente, por convocatoria de más del 50% (cincuenta por ciento) de las ciudades-miembro de la Red.

*Párrafo primero:* En las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno serán electos los (las) miembros del Consejo, los (las) titulares de la Dirección Ejecutiva, y los (las) titulares de las Unidades Temáticas de la Red.

*Párrafo segundo:* En las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, el Consejo presentará informe de funcionamiento de la Red y de las actividades por ella promovidas.

**Art. 14°** – En la reunión anual de la Cumbre de Jefes de Gobierno habrá elección de la ciudad-miembro que presidirá y sedeará la Red MERCOCIUDADES, y de las ciudades-miembro que llevarán a cabo las Vicepresidencias Temáticas, entre las que se habilitaren para ello. Para la elección de la sede de la Presidencia, las ciudades que deseen aplicar, deben enviar, junto con la solicitud, un Proyecto de Trabajo firmado por el (la) alcalde (sa), intendente (a), prefeito (a), que estén disponibles para su revisión a todos los miembros del Consejo. La Secretaría Técnica Permanente y la Comisión Directiva son los organismos encargados de recibir y difundir todo el material sobre la aplicación y lo remitir al Consejo 3 (tres) meses antes de la Cumbre de Jefes de Gobierno.

**Art. 15°** – Las reuniones de la Cumbre de Jefes de Gobierno funcionarán con cualquier número de presentes y todas sus deliberaciones se adoptarán por el voto de la mayoría simple de los presentes, teniendo el (la) Presidente (a) voto de calidad.



## MERCOCIUDADES

### **Sección II – Del Consejo**

**Art. 16°** – El Consejo de MERCOCIUDADES es el órgano superior de administración y alta dirección de primera instancia de la Red.

**Art. 17°** – El Consejo estará compuesto por ocho ciudades-miembro de cada país miembro del MERCOSUR y la UNASUR, por la Comisión Directiva, por la Secretaría Ejecutiva y por la Secretaría Técnica Permanente.

*Párrafo primero:* Las ciudades miembros del Consejo, en razón de la cuota que corresponde a cada país, tendrán miembros suplentes en la misma proporción asignada en el inciso anterior.

*Párrafo segundo:* Los países que posean únicamente una ciudad en la Red, tendrán una sola representación en el Consejo.

*Párrafo tercero:* En las reuniones del Consejo de MERCOCIUDADES sólo tendrán derecho a voto las ciudades que sean representadas por su alcalde (sa), intendente (a), prefeito (a), o por quien los represente debidamente designado (a).

**Art. 18°** – Compete al Consejo de MERCOCIUDADES:

- I. Manifestarse en nombre de la Red sobre los asuntos de interés de la misma, en especial aquellos referentes a los procesos de integración regional;
- II. Definir y promover eventos que proyecten a la Red y que promuevan sus objetivos;
- III. Homologar actividades y proyectos definidos por la Dirección Ejecutiva;
- IV. Apreciar los pedidos de ingreso y exclusión de miembros de la Red;
- V. Recibir las candidaturas para la Presidencia y Vicepresidencias Temáticas, analizarlas y someterlas a la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- VI. Aprobar el presupuesto de la Red;
- VII. Arbitrar conflictos en primera instancia;
- VIII. Supervisar la Dirección Ejecutiva.

*Párrafo único:* Las decisiones del Consejo se tomarán siempre por mayoría simple de sus miembros.

**Art. 19°** – El Consejo de la Red se reunirá ordinariamente cada 6 (seis) meses, por convocatoria de la Dirección Ejecutiva, o extraordinariamente, siempre que se crea necesario, por convocatoria de la misma o de más del 50% (cincuenta por ciento) de sus miembros.

*Párrafo primero:* Las reuniones del Consejo serán precedidas por la reunión de una Comisión Asesora compuesta por los (as) representantes de las ciudades miembros del Consejo, respectándose la misma proporción del Art. 17° del presente estatuto.

*Párrafo segundo:* Es responsabilidad de la Comisión Asesora la preparación de la reunión del Consejo, proponiendo temas que sean de su interés y competencia.

### **Sección III – De la Dirección Ejecutiva**

**Art. 20°** – La Dirección Ejecutiva es un organismo de dirección de MERCOCIUDADES en los trabajos de coordinación de la Red.

**Art. 21°** – La Dirección Ejecutiva es ejercida por el (la) Presidente (a), por los (as) Vicepresidentes (as) Temáticos (as), por la Comisión Directiva y por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a).



## MERCOCIUDADES

**Art. 22°** – Compete a la Dirección Ejecutiva:

- I. Definir la política general y las estrategias de actuación de la Red y de las Unidades Temáticas;
- II. Ejercer las actividades inherentes a la gestión administrativa y financiera de la entidad;
- III. Coordinar el Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas;
- IV. Elaborar y ejecutar el presupuesto de la Red;
- V. Elaborar y ejecutar el Plan de Trabajo de su gestión.

### **i – De la Presidencia**

**Art. 23°** – La Presidencia será responsable por convocar y presidir los trabajos del Consejo de la Red y de la Dirección Ejecutiva.

**Art. 24°** – Compete al (a la) Presidente (a):

- I. Representar oficialmente a MERCOCIUDADES, así como designar representante para tanto;
- II. Participar con derecho a voz y voto en las instancias deliberativas, teniendo el (la) Presidente (a) voto de calidad;
- III. Participar de los encuentros de entidades congéneres, pudiendo el (la) mismo (a) delegar tal atribución;
- IV. Designar el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a) de la Red, pudiendo delegar atribuciones inherentes al ejercicio de la función;
- V. Convocar y presidir reuniones preparatorias para las Reuniones del Consejo;
- VI. Representar activa y pasivamente la Red, judicial o extrajudicialmente, pudiendo asumir compromisos y firmar títulos de cualquier especie;
- VII. Delegar poderes para que los miembros de la Dirección Ejecutiva representen a la Red.

*Párrafo primero:* El (la) Jefe del Ejecutivo designado (a) como Presidente (a) podrá transferir para su municipio las actividades administrativas que entender pertinentes para el bueno y fiel cumplimiento de su mandato.

*Párrafo segundo:* El mandato de la Presidencia tendrá duración de 1 (un) año y debe coincidir con la realización de las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, pudiendo haber reelección para el puesto una única vez.

### **ii – De las Vicepresidencias Temáticas**

**Art. 25°** – Compete a los (las) Vicepresidentes (as) Temáticos (as):

- I. Participar, con derecho a voz y voto, de la Dirección Ejecutiva;
- II. Promover la Red junto a los gobiernos locales de la región;
- III. Auxiliar el (la) Presidente (a) en las actividades de la Red;
- IV. Coordinar y movilizar las ciudades-miembro de la Red, coordinadoras o integrantes de las Unidades Temáticas afines a su tema;
- V. Promover junto a las ciudades-miembro el tema del cual es responsable.

*Párrafo único:* El mandato de las Vicepresidencias Temáticas tendrá duración de 1 (un) año y debe coincidir con la realización de las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, pudiendo haber reelección para el puesto una única vez.

### **iii – De la Comisión Directiva**

**Art. 26°** – La Comisión Directiva es un organismo de apoyo de la Dirección Ejecutiva de MERCOCIUDADES en los trabajos de coordinación de la Red.

**Art. 27°** – La Comisión Directiva estará conformada por la ciudad-miembro que esté ejerciendo la Presidencia, por la ciudad-miembro que ejerció la Presidencia en la gestión inmediatamente



## MERCOCIUDADES

anterior y por la ciudad-miembro de ejercerá la Presidencia en la gestión inmediatamente posterior.

*Párrafo único:* Caso haya reelección de la ciudad-miembro que ejerce la Presidencia de la Red MERCOCIUDADES, la composición de la Comisión Directiva se mantiene sin cambios.

### **iv – De la Secretaría Ejecutiva**

**Art. 28°** – La Secretaría Ejecutiva será ejercida por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a).

**Art. 29°** – El (la) Secretario (a) Ejecutivo (a) será responsable por la gestión de la Red y por auxiliar sus trabajos, según orientación de la Dirección Ejecutiva.

*Párrafo primero:* Los recursos para el funcionamiento de la Secretaría Ejecutiva estarán a cargo de la ciudad-miembro que esté ejerciendo la Presidencia de la Red. Estos gastos pueden comprender, de manera no exhaustiva, los ítems a continuación:

1. Local de la sede;
2. Remuneración de personal;
3. Servicios diversos;
4. Material necesario al funcionamiento de la Secretaría Ejecutiva;
5. Diarias, pasajes aéreas y hospedajes.

**Art. 30°** – Compete al (a la) Secretario (a) Ejecutivo (a):

- I. Coordinar las actividades de la Red para la implementación de su agenda de discusiones y proposiciones;
- II. Auxiliar la Presidencia en las actividades de la Red;
- III. Conducir y supervisar las acciones de la Secretaría Técnica Permanente y de las Unidades Temáticas;
- IV. Elaborar y someter la planificación anual de la entidad a la aprobación del Consejo;
- V. Promover y acompañar las acciones de los (las) Vicepresidentes (as) Temáticos (as);
- VI. Elaborar y presentar en la Cumbre de Jefes de Gobierno los informes de funcionamiento y actividades de la Red durante su mandato;
- VII. Mantener las ciudades-miembro de la Red informadas de las iniciativas y actividades promocionadas por la misma.

### **Sección IV – Del Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas**

**Art. 31°** – El Colegiado es formado por los (las) Coordinadores (as) de las Unidades Temáticas.

**Art. 32°** – Compete al Colegiado:

- I. Remitir a la Dirección Ejecutiva informe cuatrimestral de las actividades de las Unidades Temáticas;
- II. Presentar a la Dirección Ejecutiva propuestas a implantarse a corto, medio y largo plazo por las Unidades Temáticas.
- III. Coordinar las actividades de las Unidades Temáticas según orientación de la Dirección Ejecutiva, bajo supervisión del (de la) Secretario (a) Ejecutivo (a).

### **i – De las Unidades Temáticas**

**Art. 33°** – Las Unidades Temáticas constituyen instancias responsables por el desarrollo de temas específicos de MERCOCIUDADES. Su sede será en una de las ciudades-miembro componentes de la Unidad Temática.

**Art. 34°** – Compete a las Unidades Temáticas:

- I. Formular y proponer, dentro de su área temática, políticas públicas comunes para que sean implantadas en el ámbito de la Red;



## MERCOCIUDADES

- II. Formular y proponer, dentro de su área temática, indicadores comunes para que sean adoptados por las ciudades integrantes de la Red;
- III. Promover investigación y divulgación de experiencias y políticas públicas desarrolladas en las distintas ciudades del mundo;
- IV. Promover eventos de discusión acerca del tema de su responsabilidad buscando obtener propuestas que serán defendidas y difundidas por la Red;
- V. Promover misiones que permitan la comprensión de los procesos que llevan a políticas públicas exitosas y permitan su reproducción;
- VI. Preparar un Banco de Datos con las informaciones acerca del tema coordinado.

### **Sección V – De la Secretaría Técnica Permanente**

**Art. 35°** – La Secretaría Técnica Permanente es un organismo asesor de la Dirección Ejecutiva.

**Art. 36°** – Compete a la Secretaría Técnica Permanente:

- I. Dar continuidad a la memoria institucional de la Red;
- II. Apoyar y asesorar el trabajo técnico y administrativo de la Secretaría Ejecutiva;
- III. Apoyar y asesorar el trabajo de los organismos del MERCOSUR y la UNASUR destinados a la participación de las ciudades;
- IV. Mantener archivados y difundir los documentos de la Red;
- V. Realizar el seguimiento del proceso de integración, procurando determinar los debates y decisiones de interés para las ciudades.

### **Del ingreso a la Red MERCOCIUDADES**

**Art. 37°** – El requerimiento de solicitud de ingreso a la Red debe ser presentado, por escrito, al Consejo de MERCOCIUDADES, y se obtendrá la calidad de miembro o colaborador postulante con la aprobación de la Cumbre de Jefes de Gobierno.

**Art. 38°** – La solicitud por escrito deberá poseer un perfil de la ciudad e ir acompañado de documentación e información que describan sus características.

*Párrafo único:* Los documentos en español y portugués se considerarán igualmente oficiales y auténticos.

### **De los Derechos y Obligaciones de las ciudades-miembro y colaboradores**

**Art. 39°** – Las ciudades-miembro de la Red tendrán los siguientes derechos:

- I. Integrar la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- II. Votar y ser votado;
- III. Participar en las instancias estatutarias de la Red, y de aquellas que se creen en el futuro.

**Art. 40°** – Los colaboradores tendrán los siguientes derechos:

- I. Participar de la Cumbre de Jefes de Gobierno, sin derecho de votar o ser votado;
- II. Participar de las reuniones de las Unidades Temáticas y Grupos de Trabajo, sin derecho a coordinar los mismos.

**Art. 41°** – Son deberes de las ciudades-miembro y colaboradores de la Red:

- I. Cumplir y hacer cumplir las presentes disposiciones estatutarias;
- II. Velar por la observancia de los principios y objetivos de la Red;
- III. Participar en los eventos de la Red.

*Párrafo único:* La no observación o incumplimiento de los deberes descriptos más arriba, sufrirá penalidades que serán definidas por el Reglamento Interno de la Red.



## MERCOCIUDADES

**Art. 42°** – Las ciudades-miembro de la Red no responderán, solidaria y ni subsidiariamente, por las obligaciones y compromisos asumidos por la misma.

**Art. 43°** – La cualidad de “ciudad-miembro” o “colaborador” de MERCOCIUDADES puede cesar por decisión de la Cumbre de Jefes de Gobierno, cuando esos no cumplieren con sus obligaciones estatutarias.

### **Del Patrimonio**

**Art. 44°** – El patrimonio de la Red estará constituido por las cuotas anuales pagas por las ciudades-miembro y por los colaboradores, por la renta proveniente de sus actividades y por otras contribuciones realizadas por entidades públicas y privadas, nacionales e internacionales, interesadas en el desarrollo de la entidad.

*Párrafo primero:* Para la contribución de cada ciudad-miembro o colaborador en la composición del patrimonio de la Red serán observadas las disposiciones legales a que están sujetos.

*Párrafo segundo:* La contribución anual de cada ciudad-miembro de la Red será proporcional a su tamaño poblacional, siendo reconocidas al menos 6 (seis) categorías según la cantidad de habitantes:

1. Ciudades de menos de 100.000 habitantes;
2. Ciudades de 100.000 a 499.999 habitantes;
3. Ciudades de 500.000 a 999.999 habitantes;
4. Ciudades de 1.000.000 a 1.999.999 habitantes;
5. Ciudades de 2.000.000 a 2.999.999 habitantes;
6. Ciudades de 3.000.000 o más habitantes.

*Párrafo tercero:* Los gobiernos estatales/provinciales colaboradores deberán contribuir de acuerdo con las mismas categorías establecidas para las ciudades-miembro en los términos del párrafo anterior y del Art. 2° del REGLAMENTO INTERNO DE MERCOCIUDADES.

*Párrafo cuarto:* Las ciudades de la Red que no estén al día en sus cuotas no podrán ejercer funciones de Coordinación de Unidades Temáticas, Consejo, Presidencia y Vicepresidencia Temática.

**Art. 45°** – Los gastos de funcionamiento de la Red serán cubiertos por los recursos provenientes del patrimonio de la Red.

### **Capítulo III**

#### **De las Disposiciones Generales**

**Art. 46°** – Son aplicables a las situaciones no previstas en el presente Estatuto las resoluciones determinadas por los órganos competentes de la Red.

**Art. 47°** – El Estatuto de MERCOCIUDADES deberá pasar por proceso de revisión a cada 5 (cinco) años y de reforma a cada 10 (diez) años.



MERCOCIUDADES

# REGLAMIENTO INTERNO DE MERCOCIUDADES

El presente cuerpo normativo reglamenta el funcionamiento de la Red de MERCOCIUDADES y se basa en el Estatuto Social de la Red aprobado en la XX Cumbre de Jefes de Gobierno en la ciudad de São Paulo en noviembre del 2015 y sus posteriores cambios.

**Art. 1°** – El patrimonio de la entidad estará constituido por las cuotas anuales pagas por las ciudades-miembro, por los colaboradores, por la renta proveniente de sus actividades y por otras contribuciones realizadas por instituciones públicas y privadas, nacionales e internacionales, interesadas en el desarrollo de MERCOCIUDADES.

*Párrafo único:* Para la contribución de cada ciudad-miembro en la composición del patrimonio de la Red, estará sujeto a las leyes que gobiernan las municipalidades y el siguiente procedimiento:

**Art. 2°** – Se fija una contribución anual en función del tamaño poblacional de las ciudades:

- a) Ciudades de menos de 100.000 habitantes: US\$ 500;
- b) Ciudades de 100.000 a 499.999 habitantes: US\$ 2.000;
- c) Ciudades de 500.000 a 999.999 habitantes: US\$ 3.000;
- d) Ciudades de 1.000.000 a 1.999.999 habitantes: US\$ 4.000;
- e) Ciudades de 2.000.000 a 2.999.999 habitantes: US\$ 5.000;
- f) Ciudades de 3.000.000 y más habitantes: US\$ 6.000.

**Art. 3°** – Como excepción cada miembro podrá por una única vez no efectuar la contribución anual, debiendo obtener el consentimiento de la Dirección Ejecutiva.

## Sanciones

**Art. 4°** – Aquellas ciudades que no cumplieron con sus deberes, con el pago de su contribución anual y con las disposiciones de acuerdo a lo estipulado en el presente reglamento y en los Estatutos Sociales de la Red, serán pasibles de las siguientes sanciones:

- a) Observación por escrito de la Dirección Ejecutiva solicitando regularizar la situación por la cual está omisa;
- b) Pierda del derecho al voto en la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- c) Pierda del derecho de coordinar Unidad Temática, integrar el Consejo y la Dirección Ejecutiva, hasta que se regularice su situación;
- d) Será considerada como una ciudad-miembro que no cumple con sus obligaciones estatutarias y será sujeta a lo que se resuelva la Cumbre de Jefes de Gobierno atendiendo a las recomendaciones del Consejo según dispuesto en el Estatuto, no siendo requisito indispensable para que la Cumbre resuelva como proceder.

Se considerando con una escala ascendente las descritas en las letras a, b, c y d, dependiendo de la gravedad de la situación.

## Aplicaciones especiales

**Art. 5°** –

- 1. La omisión del pago de la contribución anual generará la aplicación de las sanciones a y b;
- 2. La omisión del pago de la contribución anual por 2 (dos) años consecutivamente o 3 (tres) años alternados generará la aplicación de las sanciones a, b y c;



## MERCOCIUDADES

3. La omisión del pago de la contribución anual por 3 (tres) años consecutivamente generará la aplicación de las sanciones a, b, c y d.

**Art. 6º** – Las sanciones descritas anteriormente serán aplicadas de acuerdo a los siguientes procedimientos:

1. Las sanciones a y b serán aplicadas, registradas y supervisadas por la Secretaría Ejecutiva;
2. Las sanciones c y d serán aprobadas por la Cumbre de Jefes de Gobierno, supervisadas, registradas y controladas por la Secretaría Ejecutiva de la Red con auxilio de la Comisión Directiva.

**Art. 7º** – Cualquier otra irregularidad no contemplada conforme establecido en el Estatuto Social y en el REGLAMENTO INTERNO será decidida por la Cumbre de Jefes de Gobierno.

*Párrafo único* – Quedan los colaboradores pasibles de someterse a las mismas sanciones que las ciudades-miembro.

### **Administración de los recursos de la Red**

**Art. 8º** – La Dirección Ejecutiva, asesorada por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a), será la encargada de la administración de los recursos de la Red y de observar los gastos que se realicen atendiendo a los criterios de austeridad, transparencia y en concordancia con los fines fundacionales de MERCOCIUDADES.

**Art. 9º** – La Dirección Ejecutiva será la encargada de fijar los porcentajes de los recursos que se destinarán por rubrica en consulta con el Consejo.

### **Destino de los Recursos**

**Art. 10º** – Los recursos provenientes de las cuotas anuales de las ciudades-miembro y de los colaboradores serán destinados a costear la edición de la Revista "Diálogo" (publicación oficial de la Dirección Ejecutiva) de difusión de las actividades de la Red, el premio de Ciencia y Tecnología, actividades de difusión de la Red, publicaciones de los trabajos de las Unidades Temáticas y toda actividad que añade esfuerzos para el mejor desempeño de la Red y que contribuya a lograr los fines establecidos en los Estatutos Sociales.

**Art. 11º** – La Dirección Ejecutiva puede autorizar otras instancias de la Red a utilizar sus recursos, así como efectuar transferencia de recursos a las mismas siendo, en última instancia, la responsable de los mismos.

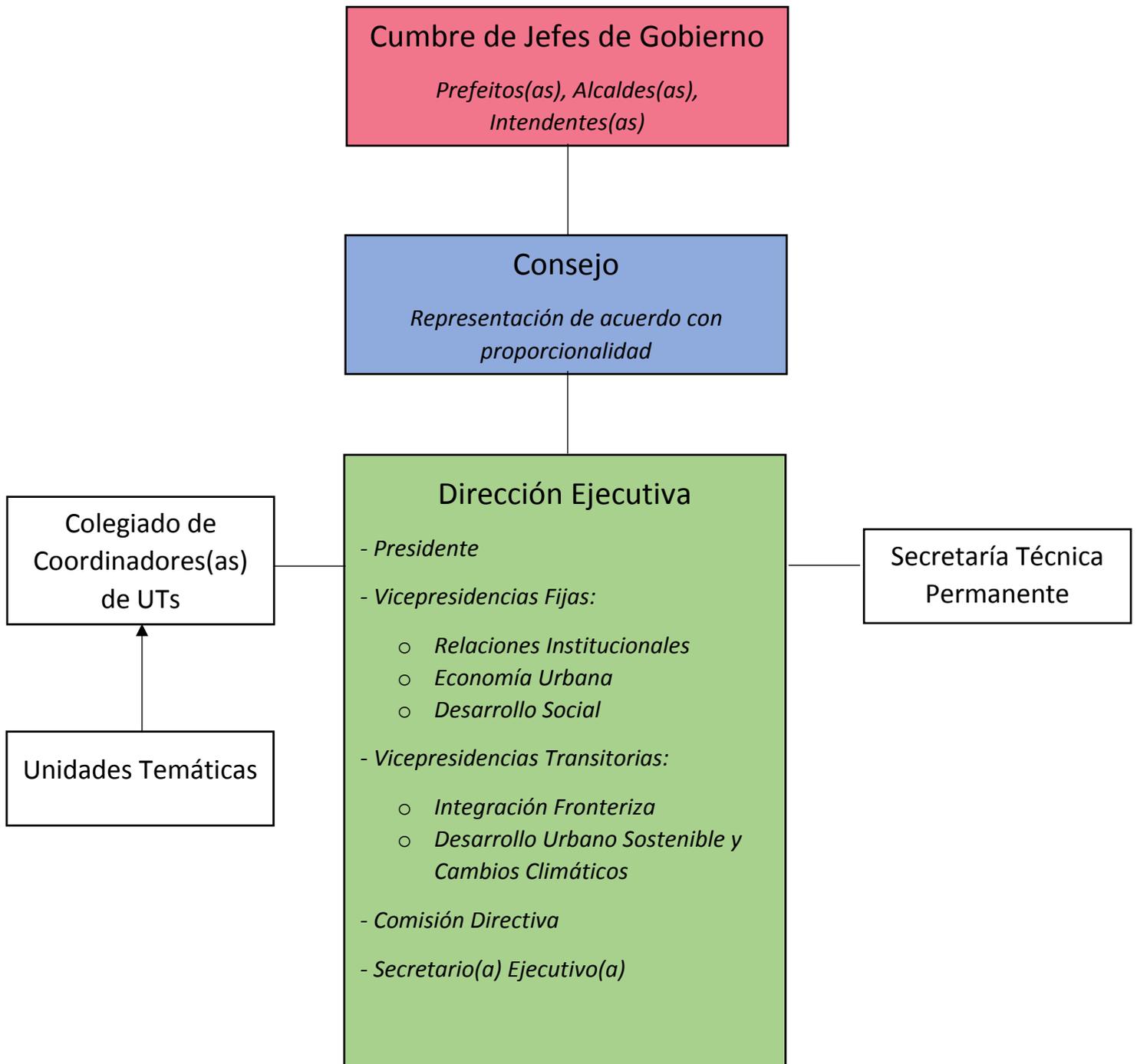
### **Rendición de Cuentas**

**Art. 12º** – La Dirección Ejecutiva será responsable de realizar la rendición de cuentas de su actuación durante su mandato, la que será presentada a consideración de la Cumbre de Jefes de Gobierno con la documentación correspondiente respaldando los gastos rendidos en dicha gestión.



MERCOCIUDADES

# ORGANIGRAMA MERCOCIUDADES



## DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

A gravidade dos problemas que acometem a vida urbana no século XXI, a responsabilidade desta Rede em atuar estrategicamente diante de outros movimentos engajados no debate sobre estes problemas e o próprio objeto central de atuação da Rede – a promoção da integração regional – exigem sua atualização programática.

As cidades sul-americanas são cenários de migrações, voluntárias ou por necessidade, de epidemias decorrentes das poluições ambientais e de catástrofes naturais como enchentes e secas, dentre outros problemas que constituem grandes desafios para governantes preocupados com o futuro da humanidade. Em nosso continente, esses problemas decorrem tanto de processos históricos de desigualdades quanto das mudanças climáticas que atualmente atingem todo o planeta.

As cidades que governamos e habitamos não são as mesmas de 20 anos atrás. Elas cresceram e se complexificaram. Além disso, as cidades são hoje protagonistas no cenário internacional nos mais diversos aspectos. Elas têm uma posição privilegiada não só na possibilidade de mitigação dos problemas que nelas manifestam de maneira direta, mas também na oferta de soluções para desafios tanto urbanos quanto civilizatórios para o futuro da humanidade.

Nossa **integração**, por meio da Rede Mercociudades, potencializa a capacidade de governarmos essas cidades complexas, ao mesmo tempo em que nos vincula em nossas ações diante dos desafios comuns. Estes são de grande magnitude: as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais, a fruição do ambiente urbano, as migrações, as epidemias e as catástrofes, o risco de esgotamento dos serviços ambientais, a violência e o risco à coesão social, entre tantos outros.



Ainda que certas áreas de políticas sejam atribuições formais dos Estados-Nação, nossas cidades podem e devem atuar sobre agendas que serão centrais para a COP-21, o Habitat III e a Agenda 2030, tais quais o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento urbano. Devemos nos aproveitar de nossa associação em Rede para juntos construirmos formas das cidades agirem sobre essas questões, não apenas de forma reativa, mas também propositiva.

Sabemos que não podemos perder de vista o fato de nossas cidades terem escalas diferentes e contextos político-institucionais variados. Isso, no entanto, não deve ser impedimento para pensarmos e agirmos de maneira conjunta e articulada. Temos de colocar claramente nossos desafios em debate e construir consensos sobre quais são comuns a todos. Somente assim poderemos construir pactos para superá-los.

Atuar em torno de desafios comuns promoverá, a um só tempo, cidades melhores e uma integração regional mais sólida.

Historicamente, o Mercosul promoveu integração política e econômica em nossa região por meio de nossos Estados-Nação. Nossas cidades são capazes de promover a integração social no continente, sendo nossa Rede o ambiente institucional propício para tal empreitada. A questão das populações migrantes em nossos centros urbanos é central nesse sentido.

Alguns de nós, entre eles Mónica Fein e Fernando Haddad, atores da transmissão da liderança da Rede na presente ocasião, além de outros prefeitos que governam cidades membro de Mercociudades, assinamos, em julho deste ano, a convite do Papa Francisco, o compromisso de proteger migrantes de situações de trabalho e prostituição forçados.



Podemos e devemos atuar igualmente para promover e ordenar, no território urbano, políticas de geração de trabalho e renda, educação, ocupação do espaço público, reaproveitamento de resíduos, proteção ao ambiente e aos serviços ambientais, entre outras. Devemos construir, em nossas Cidades, uma governança do território que promova a integração entre as políticas setoriais, e não sua fragmentação, pois a chamada “nova agenda urbana” não prosperará se não formos capazes de abordar a cidade em sua complexidade.

Entendemos a “nova agenda urbana” como promoção da tolerância à diversidade populacional, mitigação e reversão de impactos ambientais dadas as matrizes energéticas não-renováveis, ocupação do espaço público e a localização de moradias não-segregadas em face da atuação dos mercados imobiliário e automobilístico. Uma agenda urbana que seja de fato nova exige do Estado a condução de processos pactuados entre todos os atores da cidade para a superação das desigualdades que ameaçam a coesão social. Essas são tarefas eminentemente políticas. A maioria da tecnologia necessária já está disponível.

Desde o mês de abril, algumas cidades do continente produziram recomendações consensuadas sobre formas de atuar rumo à nova agenda urbana:

- Assumir a questão ambiental não como questão adjacente - ela subjaz às outras questões urbanas;
- Gerir e preservar as fontes, nascentes e reservatórios de água;
- Ter como premissa a vinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano, liderando a estruturação de cadeias produtivas no território;
- Incorporar modelos de desenvolvimento alternativos, como a economia social e solidária;
- Atuar afirmativamente sobre as dimensões de gênero, raça e de pessoas com deficiência na questão do emprego;

- Promover a dimensão coletiva do espaço público nas políticas integradas para o sistema de mobilidade urbana e nos espaços verdes e de lazer, incorporando as dimensões de gênero, raça e das pessoas com deficiência;
- Refletir sobre a representação política e a dificuldade de absorção, por parte da/o cidadã/o, munícipe, consumidor/a, dos consensos a respeito do desenvolvimento sustentável.

Para pensarmos estrategicamente as cidades, devemos retomar as categorias estratégicas, isto é, escalas e geopolítica:

- Escalas: cidade e seus diversos significados e dimensões, indo do local, ao nível dos bairros, ao global, e seu papel no mundo. Sem negligenciar a condição de conurbação e de metrópole;
- Geopolítica: interpretar políticas/disputas em relação ao espaço/território, de modo a agir de forma estratégica. Superar o estágio de experimentalismos e buscar políticas de Estado efetivas e perenes.

Para intercâmbios sobre a gestão de nossas cidades nos termos da nova agenda urbana devemos contar com nossos organismos multilaterais regionais, em especial a CEPAL, a Unasul e o Mercosul. Esse conjunto de atores podem inclusive auxiliar na construção de um selo Mercociudades, dado àqueles que participam de maneira ativa à elaboração e à implantação de políticas públicas construídas no seio da Rede.

Finalmente, a reafirmação dos vínculos entre Mercociudades e UCCI nos 20 anos da Rede confirma a vigência do fortalecimento das cidades organizadas em redes proativas, comprometidas com seus cidadãos.

São Paulo, 14 de novembro de 2015

<b>Unidad Temática de Ambiente y Desarrollo Sostenible</b>	
<b>Coordinación</b>	Santa Fe (ARG)
<b>Subcoordinación</b>	Canelones (URU)
	Córdoba (ARG)
	Esteban Echeverría (ARG)

<b>Unidad Temática de Autonomía, Gestión y Participación Ciudadana</b>	
<b>Coordinación</b>	Porto Alegre (BRA)
<b>Subcoordinación</b>	Contagem (BRA)
	Córdoba (ARG)
	Lo Prado (CHI)

<b>Unidad Temática de Ciencia, Tecnología y Capacitación</b>	
<b>Coordinación</b>	Montevideo (URU)
<b>Subcoordinación</b>	Córdoba (ARG)
	Lo Prado (CHI)
	Tandil (ARG)

<b>Unidad Temática de Cooperación Internacional</b>	
<b>Coordinación</b>	Comisión Directiva + STPM
<b>Subcoordinación</b>	Lavalleja (URU)
	Porto Alegre (BRA)

<b>Unidad Temática de Cultura</b>	
<b>Coordinación</b>	Ciudad de Buenos Aires (ARG)
<b>Subcoordinación</b>	San Juan (ARG)
	Valparaíso (CHI)

<b>Grupo de Trabajo en Cultura del Deporte, la Actividad Física y la Recreación</b>	
<b>Coordinación</b>	Parcona (PER)
<b>Subcoordinación</b>	Porto Alegre (BRA)
	Valparaíso (CHI)

<b>Unidad Temática de Desarrollo Económico Local</b>	
<b>Coordinación</b>	Canelones (URU)
<b>Subcoordinación</b>	Pergamino (ARG)
	Valparaíso (CHI)
	Jaboatão dos Guararapes (BRA)

<b>Comisión de Economía Social y Solidaria</b>	
<b>Coordinación</b>	Osasco (BRA)
<b>Subcoordinación</b>	Canelones (URU)
	Jaboatão dos Guararapes (BRA)

<b>Comisión de Fomento de Negocios</b>	
<b>Coordinación</b>	Pergamino (ARG)
<b>Subcoordinación</b>	Osasco (BRA)
	Santa Fe (ARG)
	Valparaíso (CHI)

<b>Unidad Temática de Desarrollo Social</b>	
<b>Coordinación</b>	Esteban Echeverría (ARG)
<b>Subcoordinación</b>	Canelones (URU)
	Lo Prado (CHI)

<b>Comisión de Derechos Humanos</b>	
<b>Coordinación</b>	São Paulo (BRA)
<b>Subcoordinación</b>	Avellaneda BA (ARG)
	Montevideo (URU)

<b>Grupo de Discapacidad e Inclusión</b>	
<b>Coordinación</b>	São Paulo (BRA)
<b>Subcoordinación</b>	Guarulhos (BRA)
	Montevideo (URU)
	Porto Alegre (BRA)
	Villa Carlos Paz (ARG)

Unidad Temática de Desarrollo Urbano	
Coordinación	Zárate (ARG)
Subcoordinación	Belo Horizonte (BRA)
	Canelones (URU)
	Esteban Echeverría (ARG)
	Osasco (BRA)

Unidad Temática de Educación	
Coordinación	Córdoba (ARG)
Subcoordinación	Río Tercero (ARG)
	Santa Fe (ARG)
	São Paulo (BRA)

Unidad Temática de Género y Municipio	
Coordinación	Montevideo (URU)
Subcoordinación	Zárate (ARG)

Grupo de Comunicación	
Coordinación	Comisión Directiva + STPM

Unidad Temática de Integración Fronteriza	
Coordinación	Porto Alegre (BRA)
Subcoordinación	Bagé (BRA)

Unidad Temática de Juventudes	
Coordinación	São Paulo (BRA)
Subcoordinación	Avellaneda BA (ARG)
	Porto Alegre (BRA)
	Rio Claro (BRA)

Unidad Temática de Planificación Estratégica y Áreas Metropolitanas	
Coordinación	Canoas (BRA)
Subcoordinación	Canelones (URU)
	El Bosque (CHI)
	Esteban Echeverría (ARG)
	Lo Prado (CHI)
	São Paulo (BRA)

Unidad Temática de Seguridad Ciudadana	
Coordinación	Tandil (ARG)
Subcoordinación	Lo Prado (CHI)
	Porto Alegre (BRA)

Unidad Temática de Turismo	
Coordinación	Córdoba (ARG)
Subcoordinación	Ciudad de Buenos Aires (ARG)
	Lavalleja (URU)
	Porto Alegre (BRA)
	Tandil (ARG)